

REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA – COMPUR

A Reunião Ordinária do **COMPUR** no dia 27 de abril de 2016 teve a seguinte palestra e apresentador.

Tema: SIURB – Um novo modelo de gestão de informações na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Apresentação: Adriano Alem

Arquiteto, Coordenador de Informações da Cidade da Diretoria de Informação da Cidade do IPP

Conselheiros: Pedro da Luz Moreira (**IAB/RJ**), Ângela Botelho (**SEAERJ**), José Schipper (**CLUBE DE ENGENHARIA**), Roberto Kauffmann (**FIRJAN**), Regina Lúcia F. de Abreu Chiaradia (**FAM-RIO**), Marcelo Pereira Quadro (**SMO**), Rosane Lopes Araújo (**SMHC**), Tereza Maria da Silva (**SMDS**), Eliana da Costa Lourenço (**PGM**), Luis Fernando Valverde Salandia (**IPP**).

Participantes: Lúcia Quadra, Solange Cintra, Juan Teixeira, Flavia Etinger, Reanto Santa Cruz, Ricardo Ferraz, Jean Pierre Janot, Claudia Monteiro Tavares (**U/CAU**), Paulo Vianna (**SMU/CGPU/CMP**), Luciano Souza Gomes (**H/CGAP/PPP/GE**), Mariana Barroso (**CPL/SMU**).

Antonio Correa (SMU), abre a palestra fazendo uma referência da importância do SIURB (Sistema de Informações Urbanas), fala da sua implementação, do quanto tem ajudado internamente à Prefeitura em termos de planejamento, pois, em um único sistema, se consegue colocar informações das mais variadas possíveis, e diz que isso para área de planejamento e de gestão, e mesmo pra quem está fora da prefeitura, é uma ferramenta muito interessante, por isso o convite ao IPP, na figura do seu representante Adriano (responsável pelo gerenciamento do sistema), para essa apresentação.

Adriano (IPP) cumprimenta os presentes, diz que a sua apresentação será rápida e que vai mostrar como o SIURB está sendo construído, em que situação está, e o que já tem disponível dele, em termos de informações. Prioriza sua informação primeira, em dizer que o SIURB não é um sistema de informática, ou seja, ninguém está construindo um projeto de um sistema que vá integrar toda as secretarias, e vai interligar todos os seus sistemas operacionais... Não! Na verdade, é um sistema de informação de gestão, ou seja: Vamos consolidar numa base única, corporativa, que é a **geográfica** (partindo do princípio, que toda e qualquer informação de uma cidade ocorre em seu território), então nós utilizamos a base geográfica para que isso ocorra. Faz um breve resumo histórico da atuação do IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos), começa sua atuação lá pelos anos de 1979, como Rioplan, em 1990 transforma-se em Iplanrio, em 1998 cria-se o IPP com a subdivisão da Iplanrio, que continua como estrutura, mas somente com a área de informática, e, o IPP continua seu caminho na área de gestão de conhecimento, sendo que nas duas últimas gestões do Prefeito Eduardo Paes, passou a ter um lado de **desenvolvimento**, abraçando vários projetos, tanto na linha econômica, quanto na linha social, sendo o mais recente: o Rio Social (que ainda está no IPP), então o Instituto ao longo dos anos, além de sua missão principal que é de gerir informações na cidade, também teve esse papel. Volta a falar que o IPP é o órgão central de informações da Prefeitura, trabalha muito com a questão da gestão do conhecimento.

O Rio a gente conhece. E como conhecemos o Rio?

Neste slide, Adriano se refere às mídias sociais, por onde são captados todos tipos de informações que chegam, quer seja através de sistemas, quer seja de mídias sociais ou de uma planilha de vistoria feita por um órgão público (ainda no processo antigo), então esse conjunto de informação tem que ser tratado, para poder ser utilizado pelo sistema. Um dos primeiros passos é compreender esse universo, daí estruturamos os dados. Entre esses dados estão: primários, publicados e temos o registro administrativo (que é a principal fonte de informações da atuação do IPP e da própria prefeitura). A seguir começamos a tratar esses dados, colocando-os cada um em sua caixinha. Prosseguindo, fala da captura da sociedade, isto é, a participação da sociedade diretamente na base corporativa da Prefeitura. Através de sistemas de redes sociais, ou de produtos que são feitos com essa finalidade. Para ilustração, apresenta um slide, fazendo uma comparação entre os modelos de informações dentro do IPP, em relação à informação. O IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos) ao longo dos anos sempre publicava a cada 2 ou 3 anos um anuário estatístico. As informações eram captadas através dos órgãos, ou seja, o Instituto procurava os órgãos específicos, depois estruturava essas informações e apresentava, não só para a Prefeitura, mas para sociedade como um todo. Só que essas informações não eram atualizadas no dia seguinte, então tínhamos que ir aos órgãos novamente atrás das informações, e tratá-las. Esse é um modelo falido, enfatiza Adriano: pois você não mantém dessa maneira, as informações de uma cidade do tamanho do Rio de Janeiro. Então começamos a mudar isso por volta de 2006/2007, com a construção do cadastro técnico **multifinalitário** na Prefeitura do Rio de Janeiro. Essa iniciativa começa com o IPP/SMU e a Secretaria de Fazenda, que faz um grande levantamento de informações para compor a base geográfica (porque a base da Prefeitura era pautada em um levantamento de 97/2000, bastante desatualizada). Então começa a se constituir a base, pra você ter uma área corporativa, onde todas as informações possam estar. Surge o primeiro grande projeto: criar um cadastro único de logradouros, pois, vocês devem saber que diversos órgãos da Prefeitura têm mais de um cadastro de logradouros para eles atuarem, não existia um cadastro único, existia um oficial da Prefeitura, utilizado pela Secretaria de Fazenda. Com esse trabalho, foi feita uma unificação entre o que havia na base geográfica, o que havia na base de cadastro tributário, e o que havia na base do cadastro da SMU. Com isso, constituímos a primeira possibilidade de termos o cadastro técnico **multifinalitário**, isso antes do SIURB. O modelo que a gente vem trabalhando, é que o SIURB e o CADTEC são os repositórios de informação, onde cada órgão integrado a esse sistema inclui suas informações, mantém essas informações atualizadas e têm autonomia pra trabalhar - não depende do IPP para produzir uma informação direta ou indireta, e não só sobre os seus dados, mas sim com os dados dos outros órgãos. Isto quer dizer, que as informações de todos estão em um ambiente só.

SIURB – Na verdade ele já existe, informa Adriano, de fato (institucionalmente) desde a Lei Orgânica. A Lei já fala de um sistema de informações urbanas. O Plano Diretor de 1992 já o incluía como ferramenta de planejamento. A revisão que houve (10 anos depois) o mantém e o último plano também o mantém, e dá algumas diferenças nele. Por questões de oportunidades e de visão, conseguimos que o Prefeito fizesse a regulamentação. Isso foi muito importante, pois garante que todos os órgãos participem. A gente vem conseguindo uma aderência de 30 órgãos da Prefeitura, com participação efetiva. O decreto acontece em julho de 2014, com a institucionalização do Sistema fica estabelecido uma gestão compartilhada tendo o IPP como Coordenador e um Comitê

Gestor formado por: IPP/SMU/SMAC/SMH/SMTR/SMO. O próprio decreto já coloca “n” órgãos participando. Além disso, o Comitê tem a possibilidade de convidar outros órgãos (não só da Prefeitura). Adriano diz que já fizeram algumas iniciativas, mas ainda não tem nenhum representante externo, cita alguns contatos, entre eles: Iphan, Light, Cedae, Ceg, Rio Ônibus, Fetranspor, para que a gente possa conseguir a participação deles, e que as informações deles estejam nessa base corporativa. O decreto também estabelece que a cada três meses haja reunião do comitê gestor, reunião ordinária com todos os órgãos, e que seja apresentado um plano anual de trabalho a ser seguido, e já no segundo ano conseguimos executá-lo.

Principais objetivos:

Estabelecer fluxos e processos que não existam. Cada setor da Prefeitura atua segundo as suas atribuições, e necessidades. Acaba trabalhando internamente, e quando necessário ele busca sua informação em outro órgão, de maneira direta (quer seja por processo ou por uma visita técnica), então estabelecer esses fluxos e processos nesses quase dois anos, é o principal aspecto que a gente vem desenvolvendo.

Consolidar base geográfica é fundamental. Se não tivermos uma base geográfica boa, não conseguimos associar a ela, as informações que chegam. Então quanto mais informação (e uma base consolidada), nós conseguimos ver no ambiente geográfico, todas essas informações.

Compartilhar e integrar essas informações vão me permitir colaborar muito com os setores que atuam na área de planejamento e de gestão. Cita como exemplo a recente explosão em São Cristóvão em que a Defesa Civil vai atuar. Existem ferramentas hoje que te permitem saber na base geográfica, qual seria a população possível de estar ali, porque nós temos a informação do censo mapeada e ferramenta para esse cálculo.

Adriano fala sobre como se deu o processo – O decreto determinava que cada órgão definisse as suas prioridades, informasse qual programa, projetos e atividades prioritárias, dessas informações de toda sua rede de equipamentos, população atendida, em cima dos projetos e programas que ele desenvolvia. O órgão tinha 30 dias para informar ao IPP. Feito isso, o Instituto recebeu muitos papéis, cds e e-mails, e o primeiro movimento que fizemos foi conhecer este universo, ver o que havia na base corporativa (mesmo de forma desestruturada e desatualizada). Fizemos esse levantamento em cada Secretaria, para nortear a atuação setorial com cada órgão. Recebido todo esse material nós começamos os trabalhos. Em 08 de agosto, nós instituímos o Comitê Gestor e seus representantes. Em 11 de novembro fizemos a primeira reunião ordinária, onde colocamos o primeiro plano anual de trabalho a ser executado pra 2015. O decreto estabelece também que deva se dar divulgação ao SIURB, então é produzido um site e uma logomarca na página do IPP. Adriano ressalta que o principal conseguido no primeiro momento foi a primeira revisão do Portal Geo, que já existia no site do IPP (que era o Armazém de Dados), acontece a primeira modificação nele, pra começar a absorver essas informações de maneira dinâmica. Isto é, antes nós tínhamos muita informação estática (mesmo em mapa), e fazemos um primeiro esforço para garantir que essas informações passam a ficar dinamicamente disponível. Adriano dá como informação pra sentir o volume trabalho: 2014/2015, já fizemos mais de cem reuniões, foram absorvidas no IPP mais de 50 bases novas de informação, que vem sendo estruturadas (pois é um volume muito grande). Desenvolvemos aplicações **Geo**, que a maior parte dela já está disponível (não só pra Prefeitura, mais pra sociedade como um todo), fizemos um processo de treinamento bem

grande na Prefeitura, com uma semana de palestras sobre as ferramentas tecnológicas que estão sendo usadas, no primeiro momento 259 técnicos participaram. A partir desse primeiro movimento, construímos com cada órgão cerca de setenta oficinas, onde cada órgão ia ao IPP definir o que queriam fazer, e nós entrávamos no processo de “fazer junto”, isto quer dizer, que o órgão passou a ter capacidade de começar a fazer o que ele desejava, sem depender do IPP e com autonomia. Com isso a gente garante que no seu dia a dia, mantém a informação que ele produz. Porque não adianta trazer uma informação, usar e não manter. O grande ganho desse processo foi ampliar em cerca de quase 300 técnicos na Prefeitura, com conhecimento mínimo em relação ao ambiente geográfico, ou seja: como usar ferramentas pra obter informação geograficamente.

Fazendo um resumo das atividades do plano anual de trabalho, Adriano diz que foi cumprido o trabalho. Diz que o de 2015 era bem mais simples, basicamente nós queríamos dar continuidade a esse processo. Só não conseguimos executar o seminário, mas vamos fazê-lo esse ano. Informa que esse ano continua com a perspectiva de treinamento, já temos vários *workshops* garantidos por conta do processo de licença das ferramentas que a gente usa. Então, continuamos com as reuniões setoriais, mas agora também começamos a desenvolver agendas intersetoriais, ou seja, no ano passado tratamos órgão a órgão, e percebemos o interesse de cada órgão em relação a outro órgão. Tivemos duas reuniões intersetoriais: primeira relativa a um projeto que estamos desenvolvendo, que é “carteira de projetos”, que reúne mais Secretarias. Recentemente tivemos uma reunião com SMU/IRPH/SMH e Defesa Civil, pra começar a olhar o cadastro de mobiliário, sobre a ótica de todas as secretarias, e não somente tributária ou da Defesa Civil ou do Urbanismo ou da Habitação. Estamos investindo muito nessa questão intersetorial. Prosseguindo, ele diz que outra meta a ser atingida é construir um catálogo dessas bases. Hoje se você pedir a relação das bases disponíveis: eu não tenho, afirma Adriano. Nós investimos muito em produzir, para ampliar o leque de técnicos da Prefeitura trabalhando com isso, e não temos fôlego pra manter atualizado. Porém, já está nesse Plano Anual de Trabalho, e esperamos conseguir até o final do ano. Outra meta desse Plano é que 40% do que foi proposto seja feito em 2016. O seminário vai acontecer agora no final de maio no Museu do Amanhã, serão dois dias, vamos passar para os representantes a enviarem a lista de participantes. Apesar de ser um seminário interno, haverá um bom espaço para convidados. Antônio fará os convites através da lista do COMPUR, que encaminhará ao IPP, e será enviado convite. Esse seminário é importante, pois ele passa a ser um fórum onde a própria Prefeitura discute a informação, coisa que não existia. Então todo o esforço coletivo que está sendo feito, vai passar a ter um fórum para que a gente esteja discutindo a informação da Prefeitura, pra que todos os órgãos tenham acesso às informações de maneira estruturada, organizada, e sobre a mesma plataforma, que possa gerar cruzamentos com a informação do outro órgão.

A seguir Adriano apresenta em slides o Portal GEO e suas ferramentas, mostrando o que já está disponível ao público em geral (ao longo de dois anos).

Base corporativa dos logradouros – é a base de tudo, pois toda a informação, ela tem que se associar no espaço a alguma entidade gráfica, ou seja, a uma rua, a uma quadra, a um lote, a uma edificação. Existe uma aplicação onde o cidadão pode consultar informações de logradouros, mas também existe uma aplicação que internamente, através de *login* e senha na Prefeitura, permite ao Urbanismo, à Fazenda e ao IPP (esperamos que aos poucos, às demais Secretarias possam manter esse cadastro), é possível você acessar, desenhar esse logradouro e daqui a um tempo ele comece a aparecer na base, não só para a Prefeitura, mas pra todo cidadão também.

Geovias - Sistema de gestão em obras de vias públicas, é um sistema que permite ter todo o cadastro do subsolo. As concessionárias: Cedae, Ceg, Light e demais telecomunicações, mais a Rio Águas (pela Prefeitura) vem construindo esse sistema, cadastrando as suas redes. Mas, não é um sistema só para ver os cadastros, ele tem um módulo de licença (esse ano vai começar a emissão de licenças de obras em vias públicas através desse sistema). Esse sim, é um sistema de informática, em que você tem todo um acompanhamento desde a entrada do processo de licitação (para uma obra em via pública), e todos os seus passos, que hoje são feitos por processos que caminham nas secretarias, todo de maneira virtual. Então, a gente tem como meta esse ano, que pelo menos uma licença de cada área de planejamento, seja feita por esse processo, e que, *pari passu*, ele seja único sistema que gere as licenças em vias públicas.

Mapa Digital – Painel de chuvas: A tecnologia tem nos permitido coisas fantásticas, como exemplo o mapa digital/painel de chuvas. Ele te permite a cada 15 minutos ver onde está chovendo, o quanto está chovendo, e ter uma série histórica para cada ponto daqueles. Isso está disponível, se você quiser fazer acompanhamento de uma determinada região, você pode fazer, ponto a ponto, em relação às chuvas na cidade.

Novo mapa de ações da Prefeitura – Esse mapa é recente, começamos a mapear as ações da prefeitura a partir das informações que chegam ao SIURB. Lá vamos encontrar todas as obras que estão sendo executadas pela SMO, do Bairro Maravilha; todas as obras que RIOURBE está fazendo para construir escolas e clínicas da família, tudo mapeado. Então o cidadão começa a ver a atuação da Prefeitura ao longo do seu território, e o principal: informações que estão sendo mantidas pelo seu próprio órgão.

Mapas de áreas pacificadas: Similar ao anterior, só que das áreas com programa “Rio mais Social”. O Prefeito queria ver as informações nas áreas de UPP relativas à Prefeitura, quais eram as escolas que atendiam, clínicas da família e os valores de investimentos que existem pra cada uma dessas áreas. E esse mapa retrata isso, cada pontinho no mapa é uma informação de um órgão, e têm informações de investimento também. Em seguida, apresenta um mapa com as mesmas características do anterior, porém, com um formato de leitura diferenciada. Diz Adriano, que é uma forma de você contar uma história, a partir das informações que estão no mapa.

Mapa digital de ciclovias – Esse foi o primeiro produto construído no SIURB. Foi a primeira produção coletiva que nós publicamos, feito com a SMAC (a gestora da rede de ciclovias na Cidade), e ela que mantém essas informações. Você entrando no Portal Geo tem um mapa, e você tem conhecimento das obras de ciclovia que estão em execução, as que ainda estão em projeto, e as que estão concluídas. Então toda as informações estão sendo mantidas nessa aplicação.

Mapa participativo da Cidade do Rio de Janeiro: os mapas participativos têm sido uma iniciativa na Prefeitura, pra poder começar a captar informação diretamente do cidadão. Como a responsabilidade da informação pública é grande, toma-se alguns cuidados. Esse é um projeto que começou na Comunidade de Manguinhos, que procurou o IPP, pois queria saber da possibilidade de mapear dentro do seu território as atividades que ali ocorriam, onde estavam os serviços que eram prestados dentro da comunidade, e que a população pudesse ir lá marcar e colocar informações. Foi feita uma estruturação de conteúdo, pra que não se colocasse qualquer coisa. Foi um projeto que começou voltado pra essa comunidade (Manguinhos), mas como ele é uma plataforma aberta, a cidade

começou a perceber que ela existia, começou também a marcar em outras localidades – informações. Basicamente, de informações de serviços que existem nas comunidades.

SME Projeto ÚNICO (Fábrica de Escolas) – Esse projeto começa antes do SIURB, mas se consolida nele, pois foi a discussão primeira para o projeto “Turno Único” nas escolas. O IPP foi procurado pela Secretaria de Educação, Gabinete do Prefeito e Casa Civil para tratar dessa questão. Começamos a fazer um trabalho de análise dos dados fornecidos pela Secretaria de Educação: quantidade de crianças na faixa etária tal, condição tal. O IPP colabora com esse processo de análise geográfica, e constrói cada uma micro área (ver mapa), que tem cerca de 1500 crianças naquele universo, daquela faixa etária, e são considerados o limite geográfico, barreiras de trânsito, e são constituídas cerca de 200 micro áreas da Cidade. Faz-se um levantamento de cada escola que está ali, e se: elas atendem; qual o processo a ser feito; e se tem que construir escolas, ou dividir para transformá-las em Turno Único. Essa parte da análise quem faz é a Secretaria de Educação, nós demos o apoio em todo o processo nessa construção. Diria que é um dos projetos que teve início com a visão do planejamento, e vem sendo desenvolvido segundo ela. Um projeto muito importante nessa questão de planejamento, ou seja, o processo de implantação está seguindo à risca, o que foi concebido anteriormente.

Ferramenta Web de Estimativa Populacional

É uma ferramenta que desenvolvemos (IPP), que permite qualquer pessoa fazer uma estimativa de população. Acessando o mapa você pode selecionar qualquer região, de qualquer maneira, pode ser: poligonal desenhada a mão livre, poligonal em retângulo, e você capta informação de quanto de população tem ali. Exemplificando: Temos uma malha de setores censitários, pra cada setor - a quantidade de população e domicílio. Tenho um levantamento de informações sobre o território (No histórico do IPP), ou seja, uso do solo. Então eu sei onde estão as vias, e onde estão às áreas vazias, as áreas de parque. Faço uma peneira - pego a malha de setores censitários, passo pelo uso do solo, ficando no setor censitário apenas os pontos ocupados. Daí eu sei qual o total de população de cada setor. Por um processo de tecnologia (pixels) a gente gera essa mesma visão, então se naquele setor eu tenho mil pessoas, eu tenho 100 pixels ocupados. Faço a divisão, e consigo a informação de cada pixel (foram feitos estudos para chegar ao tamanho desse pixel – 3 x 3, para que ao fazer o município inteiro, batesse com a população total). A ferramenta está pronta e quando chegar o novo “Censo” é só atualizar essa malha de informações, e ai você terá a ferramenta pronta pra uso.

SIGTEP – Sistema Municipal de Gestão de Terrenos e Obras Públicas

Adriano informa que ele ainda não está aberto pra população, mas é um sistema muito importante. Surgiu com a discussão do programa “Turno Único”, e a própria Riourbe (gestora de todas as construções de equipamentos), ela mesma não tinha um sistema que permitisse visualizar todas as suas obras num mesmo ambiente, como todos que aqui trabalham com projetos, cada um vê seu CAD, mas não sabe onde o CAD está no território, e vendo o outro projeto que está sendo feito. Com essa ferramenta é possível: saber desde a discussão de qual lote está sendo analisado, e pra quê ele está sendo analisado, se teve vistoria, se não teve. Isso já ocorre hoje na Riourbe. Ainda vai melhorar, mas hoje já estamos armazenando as informações de análise de cada lote que foi feito, ou para construir escolas, ou clínica da família. Todas as informações daquele

projeto passam a estar vinculadas naquele lote, e com isso ganha-se produtividade – pois eu já fiz uma vistoria, e já tenho informações sobre aquele lote.

Conclusão: Importante dizer que é fundamental nesse processo: “base corporativa” única (não existe réplica de informação). Ter uma base única sendo acessada por todos os órgãos da Prefeitura, com autonomia, pois o fato de estar no Servidor do IPP ou da Iplanrio não significa nada, apenas uma questão de controle. Mas, a autonomia dos órgãos em acessar suas informações e ir lá colocá-las é o que tem garantido o sucesso desse projeto, pois temos menos de dois anos, a evolução que é pequena, comparado ao universo, mas que é muito maior do que comparado ao processo histórico de não ter nenhum. Então chegamos a conclusão de que o SIURB vai dentro desse processo todo, ampliar conhecimento e uso das ferramentas **Geoespaciais**. Hoje, numa cidade desse tamanho, é como imaginar a cidade do Rio de Janeiro sem o COR (Centro de Operações Rio), como a cidade funcionava antes de 2010 sem ter um COR. Daqui a dois anos eu tenho certeza que vão dizer: Como a prefeitura não tinha um SIURB dez anos atrás! Parece óbvio, mas nem sempre acontece. Então, o principal que a gente entende, é que está ocorrendo mudança de paradigma, ou seja, eu sou da Prefeitura, trabalhando no Urbanismo, com dificuldades de informações, as Secretarias trabalham de forma local, isto é, na maioria das vezes só veem as suas tarefas, não conseguem acesso dos demais pra melhorar a sua atuação. Então a mudança de paradigma está em não trabalhar somente de maneira local, isto nas minhas atividades, mas também conseguir olhar do lado, consigo ter acesso às informações de outros projetos: Obras, Riourbe, daqui a um tempo vamos ter os licenciamentos da SMU georeferenciados diretamente na base. Então, todo esse avanço tecnológico está facilitando, mas a decisão política também aconteceu e, principalmente, a vontade dos técnicos de poderem atuar com essas ferramentas. Continuando, ele diz esperar que daqui a um tempo o acervo de informações disponíveis comece a fazer o último item, que ele seja um indutor de políticas públicas, isto é: que ninguém tome uma decisão, sem analisar os dados disponíveis, é o mínimo que se pede em um planejamento. Volta a lembrar do Turno Único: foi uma decisão política (obviamente), mas que a concepção e execução dele, está pautada numa análise em cima de todas as informações disponíveis. Esperamos também que o SIURB seja esse indutor.

Conselheiros:

Ângela Botelho (**SEAERJ**), em sua colocação, parabeniza o trabalho (apesar de não conhecer todo), diz que tem muito tempo de Prefeitura e que o problema de falta de coordenação entre as Secretarias é muito antigo. Sempre achou que deveria ter uma Secretaria de Planejamento que amarrasse todos os trabalhos efetivos. Prosseguindo, diz que na realidade muitos governos se passaram e os técnicos continuam trabalhando feito loucos, sem ter conhecimento do que os outros estão fazendo. Ressalta ser muito bom o que está acontecendo e espera que esse trabalho possa chegar ao próximo governo, como um planejamento geral pra cidade, não como planejamento estratégico (pois não acho muito técnico), a gente sabe que isso não existe.

Marcelo Quadro (**SMO**), se diz entusiasta do projeto, que tem uma dúvida e uma sugestão a fazer. Sugestão: Seria interessante apresentar uma ordem de números (exponencial) das informações. Sugere como exemplo: Carteira de projetos, que tem uma grande quantidade de projetos que estão engatilhados, podendo sair, para a cidade, e conectar projetos, que sem essa ferramenta aconteceriam de forma desconexas, e centralizar esforços e recursos nesse sentido. Dúvida; o recurso do 1746 já está na mesma base?

Num horizonte próximo, já podemos ver os pedidos atendidos? Adriano diz que realmente essa apresentação (atual), falta vários itens, mais que terá uma grande contribuição do Seminário que será realizado, onde diversas aplicações vão estar sendo apresentadas. Teremos mais elementos, pois realmente falta fôlego. Como foi falado anteriormente, nós não temos um catálogo de base, pois ainda estamos no processo de estrutura, estamos colocando todas as informações num único servidor que vai facilitar esse monitoramento. Aí, vamos começar a ver melhor essa síntese de informações que está rolando no SIURB. Quanto ao 1746, já iniciamos esse processo com a Casa Civil (que é a gestora), e estamos preparando a base para servir de modelo. Começaremos com duas secretarias; COMLURB e SMS (Secretaria Municipal de Saúde). Afirmo que não é fácil mexer com a base do 1746, pois é muito complexa, e estamos deixando por conta da Casa Civil fazer os filtros, para que a gente olhe a Comlurb, esse é o primeiro foco. Depois do modelo construído, a produção fica por conta de cada órgão, sobre sua ótica de interesse, vai construir sua visão de produção. Entramos com o elo de integração no SIURB, viabilizando um conhecimento tecnológico para que isso ocorra. No seminário já vai ter apresentação do 1746.

(Pedro da Luz (**IAB**)), acha a ferramenta fantástica, mais tem dúvidas quanto aos “Censos populacionais”, segundo o Valverde (IPP), já existe uma possibilidade de comparação de 2000/2010. Agora, há previsão de inserção de dados históricos, isto é, antes de 2000 pra população, para percebemos a dinâmica de maior procura, ou, o esvaziamento de bairros? Adriano diz que isso é factível. Volta a falar que a questão é fôlego. Não produzimos mais por questão de fôlego. Temos dados... Só não disponíveis. Diz que existe um processo de comparação feito antes, onde comparamos de 1980 a 2000, não por setor censitário, mais no território. Fizemos todo um trabalho de adequação dos setores desde 1980/91/96/2000, ou seja, as poligonais vão crescendo, tem áreas da cidade que são bem restritas, e tem áreas que são imensas. Mais eu consigo olhar o território de 80 a 2000 (isso existe), temos internamente, só não podemos usar dentro de uma aplicação dessa, por falta de fôlego. E pra 2010 é simples, pois a malha de setores não sofreu alterações de 2000/2010, só por subdivisão, então o desenho final é o mesmo de 2000.

Teresa Maria da Silva (**SMDS**), parabeniza e diz que nas suas pontuações gostaria de enfatizar a questão da “informação”. Hoje temos todo um avanço tecnológico, mais ainda pecamos muito na comunicação. Faço parte do sistema 1746, e tem sido uma luta constante por conta do treinamento, e da capacitação. Essa questão da tecnologia sem dúvida é um grande avanço, mas, se o cidadão ou o servidor não procurar conhecer o que minimamente os seus órgãos e parceiros fazem, pra pontuar um trabalho, ou um projeto, um avançar... É uma luta! Nós estamos fazendo (Casa Civil), com que todos os órgãos falem entre si, a saber, o que o outro está fazendo, pois quando nós apontamos a questão da informação, da comunicação, os nossos sites, a transparência carioca - a gente conclui que precisamos avançar muito mais. Finalizando, diz ter sido muito importante terem pontuado essa questão da “informação”. Adriano agradece, exalta o trabalho dos técnicos que estão construindo tudo isso. Diz que o IPP é apenas o agente centralizador, mais com a visão descentralizada. Fala que em relação a essa secretaria, estão terminando agora de montar a base (não é fácil), estão acabando de estruturar as informações, a representante (Cecília) não quer ainda divulgar internamente no SIURB, antes de divulgar na secretaria (obviamente), mais que em breve já deve ser feito uma apresentação para mostrar a estrutura que foi feita.

Rosane Araújo (**SMHC**), está trabalhando com o SIURB desde a formação, e o ganho tem sido muito grande, diz. É um trabalho que teve como pressuposto, uma organização do próprio setor, do próprio órgão quanto as informações, isso talvez tenha sido o mais difícil, você ter uma sistematização das informações (que em geral, sabemos o quanto é difícil), depois trabalhar essas informações, para que elas possam ser carregadas num aplicativo, também é um trabalho muito interessante, pois você passa a ver como ela é trabalhada, como ela é georeferenciada, e que consequência ela tem no território. Então, acho um ganho, foi dado um passo muito largo, espero que não tenha volta, e que realmente os órgãos atualizem as suas informações. Lembra que temos uma tecnologia disponível, mais infelizmente não existe dentro dos órgãos equipamentos, e redes que comportem isso. É uma dificuldade que sempre discutimos, e que temos de correr atrás para que se torne possível. Eu sou uma entusiasta do SIURB, espero que a gente consiga manter, e evoluir. Parabéns ao IPP, e a todos os órgãos que estão trabalhando para que isso aconteça, finaliza.

Antônio retoma a palavra, agradece a todos pela participação.

Em, 09/06/2016

Esmeralda Farias

Secretaria Executiva COMPUR